

Fazer do brasileiro o sujeito de um novo ciclo de crescimento

Carlos Alberto
Teixeira de Oliveira*

A crise econômico-social brasileira continua à espera de soluções eficazes ao seu enfrentamento. Os anos anteriores, caracterizados como perdidos em termos de desenvolvimento, fermentam, ainda hoje e negativamente, as aspirações maiores à readaptação do País à modernidade e à sintonia aos ventos das transformações em curso no mundo inteiro. Menos ao futuro brilhante que precisa enxergar-se, o Brasil teima em apegar-se, mais e mais, aos desastres do passado. Não é justa, e permanece intolerável, a insistência constante de utilização dos paradigmas de fracassos anteriores como sinalizadores, também, de insucessos futuros. O pessimismo, por isso, tende a cobrir o País, desfigurando toda e qualquer ação, já no seu nascedouro, independentemente de uma discussão mais profunda e isenta de sua abrangência aos dias seguintes.

E verdade que as enormes dificuldades, acumuladas ao longo dos anos, formam extraordinários estoques de problemas, inconsistências, incoerências, injustiças e equívocos. Esses pesados fardos sócio-econômicos, herdados nos tempos atuais, precisam ser eliminados e erradicados da vida nacional. Não são frutos das administrações presentes, é certo.

As suas raízes são mais profundas e, na maioria dos casos, encontram as origens localizadas, deformadas, na própria estrutura do surgimento da nação brasileira.

No entanto, a sociedade brasileira, ansiosa e estressada, demanda pressa em identificar-se, muito mais para a frente do que para trás, ou à direita e à esquerda. Sob pena de sairmos de uma fase gersiana (Lei de Gerson) para entrarmos em outra, perigosa, do salve-se quem puder, urge a necessidade de reposicionar o brasileiro como participe de um novo ciclo de crescimento.

O Brasil está carecendo de novas lentes que lhe propiciem ver, positivamente, os dias seguintes, hoje considerados como de luta à sobrevivência. Possuir uma Amazônia preservada e intacta, bom clima, terras férteis, recursos naturais e mão-de-obra abundantes e todas as outras potencialidades não realizadas perde relevância em face de um quadro gravoso, permeado pela insegurança, miséria e desemprego. Possuir e não desfrutar é como ter o ingresso e não participar do palco das realizações.

Não se pode, entretanto, negar o esforço do governo atual — Executivo federal — em atacar as principais distorções nacionais que persistem em infernizar a vida do cidadão brasileiro. Só erra quem faz. O gover-



no tem errado, mas também tem acertado em muitas outras tarefas. Lamentavelmente, a nossa contabilidade cabocla está muito mais direcionada em avaliar os 10% dos erros do que, propriamente, os 90% de acertos.

Neste momento, estamos tendo a formidável oportunidade de debater, ousada e isentamente, os nossos principais problemas e vicissitudes. Os gargalos e entraves que obstaculizam a retomada do crescimento econômico — única forma de superação da crise atual — estão postos a nu e, francamente, delineados no Projeto de Reconstrução Nacional. Ignorá-los é permanecer sentado num formigueiro, inerte aos desdobramentos negativos seguintes que podem comprometer a ainda nascente democracia brasileira.

A república democrática pressupõe o equilíbrio entre os poderes Judiciário, Legislativo e Executivo. Modernidade deve, no entanto, valer para todos. De nada adiantará despender esforços e concentrar ações isoladamente, apenas numa daquelas partes. O Executivo oferece exemplar lição ao conclamar à discussão nacional os principais pontos que considera impeditivos à realocação do País como nação, em sintonia fina com o mundo moderno. Assim o faz na convicção de um futuro melhor e possível. Eis, pois, os principais passos ao grande entendimento nacional, necessitando engajar-se nesse esforço toda a sociedade e, principalmente, os outros poderes, quer sejam, Judiciário e Legislativo.

Nas crises, o somatório das partes tende a ser maior do que o todo. Precisa-se compreender que o corporativismo de hoje, em todos os sentidos, transformou-se em grande mal brasileiro, contaminando egoisticamente os mais representativos setores da vida nacional. Creio, por isso, ser salutar o reencontro com a humildade e o reconhecimento da necessidade de divisão seletiva das perdas, para uma eficiente multiplicação dos ganhos. Governar é, antes de tudo, a arte de conciliar os múltiplos interesses da coletividade, inteirando-se da realidade do dia-a-dia, retirando-se as redomas e vislumbrando cenários promissores.

Norte ou sul, façamos a opção. Convidados ao debate, dele devemos participar e contribuir. O Projeto de Reconstrução Nacional, diante de tão malsinada conjuntura, não pode ser considerado mera obra técnico-literária. Nas suas principais linhas estão afloradas as entranhas nacionais.

Pode-se aceitá-las, negar e condená-las. O incompreensível é não colaborar ao seu desenho final. O estoque de problemas acumulados é enorme. Sem uma perspectiva de médio e longo prazo não encontraremos as soluções de que necessitamos.

* Ex-presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais.